

### ATA Nº. 3/2021

Aos dias onze do mês de dezembro do ano 2021 pelas quinze horas, na sede de Inválidos do Comércio (IC), reuniu em segunda convocação a Assembleia-Geral, (AG) dos Associados, convocada regularmente nos termos estatutários.

A Mesa da AG foi constituída por Manuel Figueiredo (sócio nº. 20232), como Presidente, João Paulo (sócio nº. 22766), como Vice-Presidente e José Costa (sócio nº. 21127), como Secretário.

A Ordem de Trabalhos (OT) continha os seguintes pontos:

1. Apreciar e votar o Plano de Atividades e Orçamento para 2022.
2. Proposta nº 01/2021: Renovação do pedido de autorização de venda do imóvel sito na Travessa de Santa Marta, nºs. 8A, 10 e 10A em Évora.
3. Proposta nº 02/2021: Renovação do pedido de autorização de venda de 1/3 de uma parcela de terreno arvense, sito no Casal do Pinheiro, freguesia do Milharado, no Concelho de Mafra e respectivo Parecer do Conselho Fiscal.
4. Proposta nº 03/2021: Renovação do pedido de autorização de venda de uma casa em ruína, com pátio, sito no lugar do Milharado, freguesia do Milharado, no Concelho de Mafra e respectivo Parecer do Conselho Fiscal.
5. Proposta nº 04/2021: Renovação do pedido de autorização de venda do imóvel sito na Travessa do Meio do Forte, nºs. 12 a 14, em Lisboa.
6. Proposta nº 05/2021: Proposta de institucionalização do Dia do Associado de Inválidos do Comércio.
7. Informações.

No início da AG e antes da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa, agradeceu a todos a sua presença.

Foi em seguida apresentado à Mesa um requerimento pelo sócio José Soares, (sócio nº 22954), que se encontra arquivado em pasta própria e faz parte integrante da presente ata, no sentido de considerar aprovada a redação desta. Foi o mesmo posto à votação, tendo sido aprovado por maioria dos associados presentes por 90 votos a favor, 34 contra e 4 abstenções. Estavam presentes 128 associados.

Dando início à Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direção, Bruno Rôlo, para apresentar o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, Plano de Atividades e Orçamento, que, depois de agradecer a presença dos sócios, começou por referir que o Plano de Atividades decorre em muito do Programa com que a Lista A venceu as eleições em junho passado. Continuou o Presidente enaltecendo o suporte que os funcionários deram aos utentes em algumas situações delicadas que se têm vivido, em particular devido à pandemia Covid-19.

Relativamente às perspetivas para o ano 2022, em primeiro lugar realçou a preocupação com o conforto e a saúde dos utentes, procurando melhorar a sua qualidade, nomeadamente na alimentação e nas residências, conseguindo com isso também beneficiar as condições de trabalho dos funcionários. Afirmou que, mesmo no decurso dos condicionalismos existentes, foi

possível continuar a contratar pessoal para a área da saúde. Também a promoção cultural não foi esquecida dado que nós a consideramos fundamental para a saúde dos nossos utentes. Salientou que temos vindo a contratar novos recursos humanos e a realizar diversas ações de formação internas e externas para formar e reforçar o corpo profissional, numa ação continuada.

Em relação às remunerações dos trabalhadores, indicou que haveria aumentos em 2022 de forma a manter as equipas acima do salário mínimo, mas prosseguindo sempre uma política de equilíbrio financeiro da Instituição, dado que o montante despendido nos vencimentos é muito relevante no Orçamento.

Queremos continuar a remodelar as instalações, em particular as menos modernas, e a substituir equipamentos, afirmou. Também iremos fazer uma ala externa à ala Ricardo Covões para facilitar a mobilidade dos utentes. Iremos, em todos os edifícios, atualizar a proteção contra incêndios. A cozinha e copa principal também serão remodeladas. No Pavilhão Casanova irá ser feita uma intervenção de fundo de modo a que todos os ali residentes disponham de casa de banho no quarto. A Lavandaria também será renovada com novos equipamentos com o objetivo de poupança de energia e água. Iremos proceder à aquisição de uma nova viatura para transporte de utentes dado que esta já tem cerca de duas dezenas de anos. O licenciamento do projeto 5ª Fase continua, lamentavelmente, bloqueado pelos serviços Municipais há vários anos tendo nós sempre respondido atempadamente às questões por eles levantadas. Temos agora alguma esperança, dado que houve alterações na constituição da equipa eleita para a Câmara Municipal de Lisboa.

Reforçou a orientação que tem sido seguida na gestão do Património Imobiliário onde continuaremos a dar absoluta prioridade à rentabilidade deste setor em termos de rendas, dado que estas são um dos pilares da sustentabilidade a longo prazo dos Inválidos do Comércio. Estamos a recuperar as frações devolutas para as colocar ao serviço da Instituição, mas em consequência de não termos legados financeiros para a sua recuperação, terá de ser encontrado financiamento no Orçamento corrente, sem pôr em causa a sustentabilidade financeira.

Salientou ainda mais alguns pontos importantes de atuação para 2022 tais como a promoção do envolvimento dos sócios e a divulgação de uma imagem junto do público, conforme está no nosso programa Eleitoral e a racionalização energética, com a avaliação das condições funcionais de alguns equipamentos com vista à sua substituição. Relativamente à Creche, a sua reconhecida qualidade e condições sanitárias que serão para manter, tem satisfeito de tal modo os pais que nos incentivam para que possam manter cá a educação dos seus filhos em anos subsequentes.

Terminou resumindo que o objetivo deste mandato é o de envolver todos, sócios, utentes e profissionais, em prol da Instituição.

Terminada a apresentação da proposta, o Presidente da Mesa solicitou aos presentes que se inscrevessem para o debate sobre o ponto em questão.

A única intervenção foi feita pela sócia Georgina Rocha, (sócia nº 13672), que criticou o presidente do mandato anterior que reservou 5 milhões de euros para execução da 5ª Fase em vez de fazer outros benefícios para a Instituição.

Dado não ter havido uma pergunta concreta e a sócia ter abandonado de seguida a Assembleia, e mais nenhum sócio ter pretendido usar da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à votação o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, Plano de Atividades e Orçamento para 2022, sendo o mesmo aprovado por 95 votos a favor, 37 contra, 2 abstenções, estando inscritos 140 sócios.

No prosseguimento dos trabalhos, o Presidente da Mesa propôs que os pontos 2 a 5 da ordem de trabalhos fossem debatidos em conjunto, dando a palavra ao Presidente da Direção que explicou os objetivos das propostas em apreciação, explicando que este património não tem condições de rentabilidade nem IC de o tornar rentável. Estas 4 propostas são a renovação de autorizações de alienação dado que, por questões de transparência, nos novos Estatutos ficou inscrito que estas autorizações só tinham validade por 2 anos. Por uma questão ou por outra, este património não foi alienado e a autorização dada pelas AG anteriores perdeu a validade. Foi efetuada uma reavaliação atendendo aos novos preços de mercado, entendendo nós que temos condições para voltar a pôr à venda este património.

Para debater este ponto o Presidente da Mesa solicitou que os presentes se inscrevessem. Não tendo havido inscrições, pelo que se passou à votação das propostas, separadamente:

Proposta nº 01/2021: Renovação do pedido de autorização de venda do imóvel sito na Travessa de Santa Marta, nºs. 8A, 10 e 10A em Évora.

Esta Proposta foi aprovada por 97 votos a favor, 39 contra e 2 abstenções, estando inscritos 140 sócios.

Proposta nº 02/2021: Renovação do pedido de autorização de venda de 1/3 de uma parcela de terreno arvense, sito no Casal do Pinheiro, freguesia do Milharado, no Concelho de Mafra e respectivo Parecer do Conselho Fiscal.

Esta Proposta foi aprovada por 93 votos a favor, 38 contra e 2 abstenções, estando inscritos 140 sócios.

Proposta nº 03/2021: Renovação do pedido de autorização de venda de uma casa em ruína, com pátio, sito no lugar do Milharado, freguesia do Milharado, no Concelho de Mafra e respectivo Parecer do Conselho Fiscal.

Esta Proposta foi aprovada por 94 votos a favor, 39 contra e 3 abstenções, estando inscritos 140 sócios.

Proposta nº 04/2021: Renovação do pedido de autorização de venda do imóvel sito na Travessa do Meio do Forte, nºs. 12 a 14, em Lisboa.

Esta Proposta foi aprovada por 93 votos a favor, 38 contra e 4 abstenções, estando inscritos 140 sócios.

Passando ao ponto seguinte, o Presidente da Mesa solicitou à Direção que esclarecesse o Ponto 6 da ordem de trabalhos, proposta nº 05/2021: Proposta de institucionalização do Dia do Associado de Inválidos do Comércio.

Para prestar os esclarecimentos dirigiu-se à Assembleia a Diretora Antónia Figueiredo que iniciou a intervenção chamando a atenção para a necessidade de envolver os sócios na vida da Instituição e fazer a sua divulgação junto do público em geral e de outras Instituições. O dia 25 de maio foi o escolhido por nesse dia, em 1930, se terem aberto as portas da Casa de Repouso precursora da Instituição Inválidos do Comércio, na Quinta do Paço.

Continuou a intervenção afirmando que um dos objetivos é promover o desenvolvimento de protocolos com outras instituições de modo a podermos usufruir de algumas contrapartidas. Planeamos neste dia promover uma ampla confraternização com os sócios.

Para debater este ponto, o Presidente da Mesa dirigiu-se à Assembleia para solicitar intervenções tendo-se inscrito o sócio Vitor Alves Rodrigues, (sócio nº 23504), que apresentou as felicitações aos órgãos sociais pelo trabalho desenvolvido contrariando a campanha abjeta que foi feita na comunicação social. Fico sensibilizado pela leitura deste relatório que melhora vida dos utentes. Relativamente à colaboração com outras entidades podemos seguir alguns exemplos como o de dar descontos em combustíveis. Deixo aqui esta minha sugestão.

Não havendo mais inscrições passou-se à votação, tendo esta proposta sido aprovada por 99 votos a favor, 0 contra e 9 abstenções, estando presentes 113 sócios.

Na sequência da aprovação desta proposta, o Presidente da Mesa afirmou que a mesma constitui um marco importante na vida da Associação, representando um passo relevante para o reforço da ligação aos sócios e para a promoção do Associativismo.

Por último, foi dada a palavra ao Presidente da Direção para uma intervenção no último ponto – Informações.

O Presidente da Direção começou por salientar que todas as propostas da Direção tinham sido aprovadas, apesar da campanha difamatória que tem sido feita. A Direção e os Órgãos Sociais não vão permitir que o bom nome da Instituição seja posto em causa com motivos nublosos. Estes atos estão a ser tratados em Tribunais, ERC, PGR, Polícias, etc. referindo, nomeadamente a pseudojornalista da CM-TV que interveio na promoção da campanha, e do Grupo COFINA que a detém, até às últimas consequências. Todos os que conhecem a casa sabem que não é verdade, mas para os de fora fizemos inúmeros comunicados e fomos incansáveis em esclarecimentos. Fica à consciência das pessoas, mas os prejuízos vão durar anos. Vamos esforçar-nos para reganhar a confiança. Atacam a Direção mas o maior prejuízo é para os sócios, utentes e trabalhadores. À jornalista já foi aberto um processo de inquérito pela entidade competente porque nós não cederemos. Findou a intervenção agradecendo a todos o apoio e a participação.

Terminados estes esclarecimentos pelo Presidente da Direção, foi solicitado à Assembleia inscrições para o ponto Informações.

Inscreveu-se a sócia Deolinda Machado, (sócia nº 21 070), que propôs um voto de louvor à Direção porque se congratula com o trabalho desenvolvido.

Inscreveu-se a seguir o sócio António Carrasco, (sócio nº 24270), para louvar a coragem que a Direção teve em enfrentar os lóbis e os interesses. Continuou dizendo que era tempo deste Portugal Democrático não permitir este tipo de atuações. Que não vos falte coragem para denunciar esta gente, afirmou. A Direção deve começar a quantificar os prejuízos para podermos ser ressarcidos.

Para mais esclarecimentos inscreveu-se a Tesoureira Teresa Roque que agradeceu aos sócios estarem aqui para que seja claro o reconhecimento da verdade. O processo que nos foi movido pelos contestatários, pondo em causa todo o ato eleitoral já teve decisão do Tribunal de perda total para os seus autores. Reconhecemos que houve movimentos orquestrados para fazer declinar a Casa. Nós queremos quantificar os prejuízos com as perdas verificadas na desistência de associados e eventuais residentes. Os processos têm decorrido e os Inválidos ganho todos. Estes procedimentos foram ofensivos para os associados, residentes, trabalhadores, familiares e para nós.

Interveio a seguir o Presidente da Mesa para se passar à votação do voto de louvor proposto pela sócia Deolinda Machado. O voto de louvor foi aprovado por 83 votos a favor, 0 votos contra, e 1 abstenção estando presentes 97 sócios.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa desejou a todos Boas Festas e um Bom 2022, tendo encerrado os trabalhos pelas 16:30 horas.